

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

2024-2025

ESCOLA SECUNDÁRIA PEDRO NUNES – LISBOA

RESPOSTA AO CONTRADITÓRIO

Da análise atenta do contraditório ao projeto de relatório da avaliação externa, apresentado pela Escola Secundária Pedro Nunes, em 15-04-2025, formulam-se as seguintes considerações:

1. Do contraditório

O documento é constituído por três páginas, sendo destringíveis cinco partes do respetivo conteúdo, decorrentes dos temas focados:

- 1) Introdução: “O presente contraditório [...] qualidade do serviço educativo prestado.”, pp. 1 e 2;
- 2) Domínio da Autoavaliação: “No domínio AUTOAVALIAÇÃO [...] muito lamentamos.”, p. 2;
- 3) Domínio da Prestação do Serviço Educativo: “No domínio PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO [...] Visitas de Estudo e de Tertúlias.” e “Recebemos com agrado [...] Escolaridade Obrigatória.” pp. 2 e 3;
- 4) Domínio dos Resultados: “Reforçamos, também [...] em cada nível de ensino), respetivamente.”, pp. 2 e 3;
- 5) Conclusão e explicitação do objetivo do contraditório: “Em face do exposto [...] SERVIÇO EDUCATIVO.”, p. 3.

2. Análise do contraditório

1) Introdução

A Escola reconhece que “o processo de avaliação externa foi sempre perspectivado por todos os membros da comunidade educativa como uma oportunidade da qual se procurou tirar consequências para melhorar o desempenho colaborativo.” e que “Os resultados das avaliações externas dos anteriores ciclos avaliativos (2008 e 2013) e as conclusões que daí resultaram acerca da Escola foram da maior importância para a identificação de áreas estratégicas a melhorar e para o desenvolvimento da Escola.”, embora seja reconhecido que as classificações obtidas não tenham correspondido às expectativas “Se é certo que em educação nunca nada está concluído e há sempre oportunidades de melhoria, as classificações atribuídas em ambos os momentos referidos não foram ainda as desejáveis.” (p. 1 do contraditório).

A equipa de avaliação externa congratula-se com o reconhecimento de que estes processos representaram uma oportunidade de melhoria, o que é consentâneo com o pressuposto de que a avaliação externa visa contribuir para a identificação de pontos fortes e de áreas de melhoria, decorrentes do cruzamento de olhares, internos e externos, que concorram para perspetivar o desenvolvimento organizacional.

2) Domínio da Autoavaliação

O contraditório vem sublinhar a ideia de que a Escola desenvolve “(...) a prática reiterada e sistemática de Observatórios de Qualidade Escolar, a aplicação de questionários e consequentes Planeamento Estratégico e Plano de Ações de Melhoria merecem a nossa atenção desde o ano 2007-2008, por via do modelo CAF” (p. 2 do contraditório). Ora, o projeto de relatório veicula exatamente a mesma ideia, valorizando a continuidade dos processos de autoavaliação “As práticas de autoavaliação, segundo o modelo *da Common Assessment Framework*, estão consolidadas desde 2006 e os observatórios têm assegurado a auscultação abrangente da comunidade escolar relativamente aos vários critérios associados àquele modelo e acerca das ações de melhoria implementadas.” (p. 5 do projeto de relatório).

Adiante, o contraditório refere o seguinte: “Discordamos, ainda, da seguinte afirmação: *“A composição representativa da equipa de autoavaliação, incluindo membros da equipa da diretora e do conselho geral, pretende obviar essa dificuldade, mas pode limitar o necessário distanciamento na apreciação das conclusões e reduzir o espaço de autonomia da própria equipa.”* Considerando que muitas escolas integram elementos da Direção e do Conselho Geral nas suas equipas de autoavaliação, sem que tal tenha sido alvo de observação negativa por parte da IGEC, esta afirmação parece-nos pouco fundamentada, visto que a Diretora não integrava a Equipa” (p. 2 do contraditório). Importa, a este propósito referir que, durante a intervenção, as limitações decorrentes desta constituição da equipa de autoavaliação foram corroboradas pelas evidências recolhidas pela equipa de avaliadores externos.

Por um lado, tal constituição não incute uma verdadeira autoanálise, mais reflexiva e crítica relativamente à informação recebida, nomeadamente por parte do conselho geral. Com efeito, integram a equipa de autoavaliação vários elementos que fazem parte deste órgão, em que se incluem a coordenadora dessa equipa e o presidente do conselho geral, o que torna difícil o distanciamento necessário na análise que é feita do processo e pode influenciar, ainda que involuntariamente, a objetividade e a profundidade da mesma. No que diz respeito à definição das estratégias/atividades associadas às ações de melhoria, bem como à sua monitorização e avaliação, foram objeto de análise e discussão com os interlocutores da Escola, a título ilustrativo, algumas estratégias que nem sempre eram claras e adequadas ao tema das ações de melhoria e algumas metas que se afiguravam pouco exigentes. Atente-se, por exemplo, no Plano de Ações de Melhoria 2023-2024 que indica como “Ação de Melhoria 1 - Diversificação de métodos de ensino e critérios/instrumentos de avaliação” e prevê como estratégia “Diversificar os instrumentos de avaliação, usados por disciplina e monitorizar a aplicação dos critérios de avaliação que foram alterados em maio de 2022”, indicando como meta “Pelo menos um instrumento de avaliação diferente, por disciplina”; a mesma Ação de Melhoria prevê como estratégia “Levantamento das problemáticas individuais por disciplina.” e aponta como meta “Pelo menos uma reunião por período”. Estes exemplos demonstram como o processo de autoavaliação pode configurar uma formalização de procedimentos pouco impactantes para as melhorias desejadas, evidenciando também a ausência de uma análise crítica sobre o mesmo.

Por outro lado, acresce que o suporte de uma consultoria externa tem constituído um apoio significativo para agilizar os procedimentos cíclicos de recolha e análise dos dados, produção de relatórios e elaboração e monitorização de planos de melhoria. Porém, tal poderá estar a condicionar o progresso do próprio processo de autoavaliação que carece de contributos internos, alargados e incisivos, que deem consistência e relevância às ações de melhoria, pois as que vêm sendo implementadas têm produzido reduzidos impactos. No mesmo sentido, embora previstas, as estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da

autoavaliação não estão a ser eficazes nem cabalmente aplicadas, considerando até a divulgação tardia do último relatório de autoavaliação, que apenas aconteceu quando já decorria a intervenção da avaliação externa, o que pode comprometer a transparência do processo e o necessário envolvimento dos atores na implementação de melhorias. Pelas razões elencadas, o projeto de relatório refere que “estes processos não evidenciam um verdadeiro progresso e tendem a ser repetidos de uma forma ritualizada, o que tem limitado a sua capacidade de suscitar as necessárias reflexões críticas, nomeadamente no que diz respeito à definição das estratégias/atividades das ações de melhoria e à sua monitorização. Com efeito, a autoavaliação tem sido pouco conseqüente, apresentando, aliás, semelhanças evidentes de uns anos para os outros. A dificuldade em alcançar os objetivos estabelecidos reflete-se nos escassos impactos reconhecidos pela própria equipa” (p. 6 do projeto de relatório).

No que respeita ao indicado no contraditório “Considerando que muitas escolas integram elementos da Direção e do Conselho Geral nas suas equipas de autoavaliação, sem que tal tenha sido alvo de observação negativa por parte da IGEC, esta afirmação parece-nos pouco fundamentada, visto que a Diretora não integrava a Equipa.” (p. 2 contraditório), salienta-se que a avaliação externa das escolas não se baseia na comparação entre escolas, mas procede, sim, a uma análise criterial, tendo o quadro de referência como suporte relativamente à recolha de evidências e à apreciação da qualidade nos diferentes domínios/campos de análise/referentes/indicadores.

Ainda a propósito deste tema, indica o contraditório que “apenas no momento em que decorria o painel com a Equipa de Autoavaliação, tivemos acesso às respostas dos questionários aplicados à Comunidade Educativa, o que terá provocado algum efeito de ruído, que muito lamentamos” (p. 2 do contraditório). Relativamente a tal situação, é de sublinhar que a equipa de avaliação era, desde o início da intervenção, conhecedora dos resultados da aplicação destes questionários. Assim, da situação referida não decorreu qualquer constrangimento para a realização das visitas e entrevistas, nem tal teve influência nos juízos formulados, os quais apenas se dão por consolidados, no final de todo o processo, depois de feita a triangulação e discussão das evidências (dentro da equipa e entre esta e os múltiplos interlocutores da Escola e da comunidade educativa).

3) Domínio da Prestação do Serviço Educativo

Vem dizer a Escola “concordamos, de modo geral, com o apresentado na proposta de Relatório da Equipa da IGEC, todavia foi um pouco descurada a grande evolução na consistência de práticas e instrumentos de avaliação pedagógica. (...) contou com a presença e seleção da Escola no Programa ApoiaR, dinamizado pelo Professor Eusébio André Machado, em parceria com outras unidades orgânicas, em forma de Visitas de Estudo e de Tertúlias.” (p. 2 contraditório). Contudo, a equipa de avaliadores não descurou nenhum dos tópicos assinalados e o projeto de relatório dá até um destaque significativo ao trabalho realizado internamente no âmbito da avaliação das aprendizagens. Esse trabalho é, aliás, indicado como ponto forte (p. 5), mencionado como área prioritizada no âmbito da formação contínua (p. 8), são elencados os progressos alcançados (p. 10) e é, ainda, valorizada a participação voluntária da Escola no Programa ApoiaR (p. 10). Todavia, foram recolhidas, através das diversas fontes, evidências demonstrativas das resistências internas à implementação das mudanças desejadas e, conseqüentemente, dificuldades relativamente à generalização e consistência das mesmas, variando bastante consoante os docentes/disciplinas.

No que respeita a “Acrescente-se que a Flexibilidade Curricular é operacionalizada na Escola Secundária Pedro Nunes desde 2022, por via de desenvolvimento de Clubes e Projetos” (p. 2 do contraditório), a equipa de avaliadores deu conta do entendimento da Escola, que se afigura um pouco redutor, dado que utiliza esta terminologia para referir atividades e projetos de natureza interdisciplinar desenvolvidos no âmbito dos conselhos de turma, pelo que apreciou, fundamentadamente, que a “operacionalização do projeto

flexibilidade curricular tem níveis de envolvimento e resultados desiguais, constituindo uma área a aprofundar, de modo a fomentar as aprendizagens significativas.” (p. 9 do projeto de relatório). Com efeito, apesar deste projeto envolver todas as turmas, foi indicado por vários interlocutores que persistem algumas resistências, sendo que apenas algumas disciplinas intervêm nas abordagens interdisciplinares e em consequência de muita insistência por parte dos diretores de turma para o efeito. Foi igualmente mencionado que, no 3.º ciclo do ensino básico, o seu desenvolvimento está muito dependente do tempo semanal de direção de turma, o qual não existe no ensino secundário, razões pelas quais vários elementos da comunidade educativa não reconheceram como sendo significativa esta articulação, no âmbito das práticas letivas.

Refere ainda o contraditório “Recebemos com agrado a indicação de possibilidades de melhoria a nível dos recursos, privilegiando as metodologias ativas que promovam a metodologia de projeto e a participação de alunos no processo de aprendizagem. O uso desta metodologia é praticamente uma realidade diária e assim se justifica a quantidade e qualidade dos projetos, em que os alunos se envolvem e em que a Escola Secundária Pedro Nunes se destaca. Porém, entendemos que é necessário e desejável o equilíbrio entre o uso destas metodologias ativas e outras que não podemos abandonar, nomeadamente a aula com momentos expositivos ou resolução individual de instrumentos de avaliação.” (p. 3 do contraditório). Ora, o projeto de relatório é claro na indicação de que o uso de metodologias ativas é já uma realidade na Escola, mas não de forma generalizada, que garanta uma maior centralidade dos alunos, imprescindível para a construção de aprendizagens significativas e de qualidade: “Existem algumas práticas docentes promotoras de aprendizagens ativas, com recurso a apresentações orais e ao trabalho experimental no âmbito das ciências, por exemplo, mas o ensino continua a pautar-se por metodologias predominantemente tradicionais.” (p. 9 do projeto de relatório). Acresce que nunca foi mencionado pela equipa de avaliadores que as metodologias tradicionais / expositivas deveriam ser abandonadas, mas sim que as metodologias ativas deveriam ser reforçadas, pois o desenvolvimento das competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) não é possível sem um investimento consistente e generalizado nas mesmas, pois “A assunção de princípios, valores e áreas de competências para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória implica alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos”, de modo a “encontrar a melhor forma e os recursos mais eficazes para todos os alunos aprenderem, isto é, para que se produza uma apropriação efetiva dos conhecimentos, capacidades e atitudes que se trabalharam, em conjunto e individualmente” (pp. 31 e 32, “6- Implicações práticas”, PASEO).

4) Indica ainda o contraditório que “no ponto respeitante ao Reconhecimento da Comunidade, não encontramos qualquer referência à participação nas Olimpíadas da Matemática e da Língua Portuguesa, e, nesta última, obtivemos o 1.º lugar a nível nacional em 2023-2024. Sublinhe-se os prémios atribuídos ao Grupo BFORE, Detecção Precoce do Cancro da Mama” (p. 2 e 3). Pelas suas características técnicas, que são do conhecimento público e se aplicam universalmente, os relatórios de avaliação externa não podem discriminar, exaustivamente, todas as evidências recolhidas e analisadas durante a avaliação. Houve, portanto, necessidade de selecionar para o texto alguns exemplos de sucessos alcançados pelos alunos da Escola, entre aqueles que foram mencionados com mais frequência, através da triangulação da informação, o que não significa que os demais tenham sido desvalorizados ou ignorados. Ainda assim, os casos assinalados no contraditório são mencionados no projeto de relatório, de forma abrangente e genérica, como se pode confirmar: “Os alunos são envolvidos em concursos e competições, com realce para os relacionados com o desporto e com a escrita de prosa/poesia (com o apoio da associação de pais e encarregados de educação), sendo comum a conquista de prémios pelos participantes” (p. 11 do projeto de relatório). No caso do projeto *Grupo BFORE, Detecção Precoce do Cancro da Mama*, o mesmo foi incluído numa caixa de destaque, no

projeto de relatório, o que atesta a significativa valorização que lhe foi atribuída pela equipa de avaliadores (p. 12 do projeto de relatório).

3. Conclusões

É de salientar que os juízos avaliativos formulados, bem como as classificações atribuídas aos diferentes domínios, são fruto de apurada ponderação e de consenso entre os elementos da equipa de avaliadores, assim como da triangulação das diversas fontes e informação recolhida. Face ao anteriormente exposto, a equipa de avaliadores não encontrou fundamentos para atender ao solicitado pela Escola (“deve ser reavaliado o Projeto de Relatório de Avaliação Externa e ajustado em conformidade nos domínios de AUTOAVALIAÇÃO e PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO”, p. 3 do contraditório), pelo que entende não se justificar qualquer alteração aos juízos avaliativos formulados nem, por conseguinte, às classificações atribuídas.

Data: 24-04-2025

A Equipa de Avaliação Externa: Isabel Barata, Isabel João, Pedro Abrantes, Rosa Micaelo.